



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

*Usina de Energia Eólica
Junco II SPE S.A.*



ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstração do fluxo de caixa.....	5
Demonstração do resultado	6
Balço patrimonial.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
1 Contexto e mudanças significativas	9
1.1 Informações gerais	9
1.2 Base de preparação e políticas contábeis.....	10
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação.....	10
2 Principais informações financeiras.....	10
2.1 Resultado do exercício.....	10
2.2 Ativos e passivos financeiros.....	12
2.3 Ativos e passivos não-financeiros.....	19
2.4 Patrimônio líquido	21
3 Estimativas críticas e riscos.....	22
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	22
3.2 Gestão de riscos.....	23
4 Itens não reconhecidos	24
4.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balço.....	25
5 Outras informações	25
5.1 Transações com partes relacionadas	25
5.2 Seguros.....	26
6 Principais práticas contábeis adotadas.....	26
6.1 Caixa e equivalentes de caixa	26
6.2 Imobilizado	26
6.3 Intangível.....	27
6.4 Redução ao valor recuperável (“ <i>impairment</i> ”).....	28
6.5 Empréstimos e financiamentos.....	29
6.6 Provisões	29
6.7 Tributação	29
6.8 Outros ativos e passivos	30
6.9 Reconhecimento de receita.....	31
6.10 Instrumentos financeiros	31
6.11 Passivo de arrendamentos.....	31
6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente.....	32
6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.....	32
Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e sobre o relatório dos auditores independentes.....	34

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A
Serra do Mel - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

Forvis Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:


Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ 086312/O-6

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. Demonstração do fluxo de caixa




Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do IRPJ e CSLL		4.010	4.603
Ajustes por			
Rendimento de aplicações financeiras	2.1.3	(4.936)	(3.085)
Resultado financeiro - Provisão de juros	2.1.3	5.095	4.531
Depreciações e amortizações	2.1.2	3.672	3.634
Penalidades contratuais - provisão	2.1.1	7.029	6.465
Penalidades contratuais suspensas - Atualização	2.1.3	437	165
Ajuste a valor presente - Desmobilização		15	14
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.1.1	155	
Diminuição (aumento) nos ativos			
Contas a receber		(588)	247
Contas a receber - Partes relacionadas		21	5
Impostos a recuperar		(10)	144
Depósitos judiciais		(28)	(12)
Outros ativos		(9)	89
Aumento (diminuição) nos passivos			
Fornecedores		(104)	175
Obrigações fiscais e trabalhistas		(683)	(1.029)
Contas a pagar - Partes relacionadas		50	220
Penalidades contratuais suspensas - Pagamentos	2.2.8	-	(6.399)
Adiantamento de clientes		2	694
Recursos provenientes das atividades operacionais			
		14.128	10.461
Juros pagos sobre financiamento	2.2.6	(2.880)	(3.259)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.657)	(1.347)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais			
		9.591	5.855
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(3.960)	(699)
Aquisições de imobilizado	2.3.1	-	(95)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos (gerados) nas atividades de investimento			
		(3.960)	(794)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Passivo de arrendamentos	2.2.7	(333)	(320)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.6	(4.915)	(4.833)
Aumento de capital social		88	-
Dividendos pagos a acionistas		(706)	(266)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento			
		(5.866)	(5.419)
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa			
		(235)	(358)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.2.2	1.251	1.609
Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa			
		(235)	(358)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.2.2	1.016	1.251
Transações que não afetam o caixa			
Registro de passivos de arrendamento e direito de uso		(169)	(155)

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. Demonstração do resultado




Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
-			
Receita operacional líquida	2.1.1(a)	16.078	15.494
Outras receitas operacionais	2.1.1(b)	292	830
Custos operacionais	2.1.2	(10.814)	(10.378)
Resultado bruto		5.556	5.946
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(689)	(523)
Outras receitas (despesas)		(2)	907
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		4.865	6.330
Despesas financeiras		(5.791)	(4.824)
Receitas financeiras		4.936	3.097
Resultado financeiro	2.1.3	(855)	(1.727)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		4.010	4.603
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(2.352)	(1.631)
Lucrolíquido do exercício		1.658	2.972

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a demonstração dos resultados abrangentes.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais




Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	1.016	1.251	Fornecedores		1.558	1.662
Contas a receber	2.2.4	3.395	2.906	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	4.846	4.627
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1.1	28	49	Obrigações fiscais e trabalhistas		634	622
Impostos a recuperar		41	31	Penalidades contratuais	2.2.8	19.006	14.015
Outros ativos	2.2.5	1.328	1.257	Dividendos - Partes relacionadas	5.1.1	394	706
Total do ativo circulante		5.808	5.494	Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1.1	345	295
				Passivo de arrendamentos	2.2.7	10	9
				Adiantamentos de clientes	2.2.9	1.326	1.324
				Total do passivo circulante		28.119	23.260
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais		78	50	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	26.395	29.638
Outros ativos		75	137	Penalidades contratuais	2.2.8	4.844	2.313
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	43.124	34.228	Passivo de arrendamentos	2.2.7	3.645	3.486
Imobilizado	2.3.1	83.971	87.318	Obrigaçāo pela desmobilizaçāo de ativos		179	164
Intangível	2.3.2	2.261	2.417	Total do passivo não circulante		35.063	35.601
Total do ativo não circulante		129.509	124.150	Total passivo		63.182	58.861
				Patrimônio líquido	2.4		
				Capital social		65.389	65.301
				Reserva legal		687	604
				Reserva de lucros		6.059	4.878
				Total do patrimônio líquido		72.135	70.783
Total do ativo		135.317	129.644	Total do passivo e patrimônio líquido		135.317	129.644

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. Demonstração das mutações do patrimônio líquido




Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.4	65.301	456	2.760	-	68.517
Aumento de capital		88	-	-	-	88
(-) Capital a integralizar		(88)	-	-	-	(88)
Lucro do exercício		-	-	-	2.972	2.972
Constituição de reserva legal		-	148	-	(148)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(706)	(706)
Lucros retidos a deliberar		-	-	2.118	(2.118)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.301	604	4.878	-	70.783
Aumento de Capital		88	-	-	-	88
Lucro do exercício		-	-	-	1.658	1.658
Constituição de reserva legal		-	83	-	(83)	-
Dividendo mínimo obrigatório		-	-	-	(394)	(394)
Lucros retidos a deliberar		-	-	1.181	(1.181)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		65.389	687	6.059	-	72.135

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto e mudanças significativas

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A (“Companhia”), constituída em 3 de abril de 2012, é uma Companhia por ações de capital fechado, com sede e foro jurídico no Lote 01, Vila Amazonas, Zona Rural, CEP 59.663-000, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, integrante do aqui denominado Complexo Vamcruz, por sua vez parte integrante do conglomerado de empresas da Voltaia e da AXIA Energia.

A Companhia tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica desenvolvido no parque eólico denominado EOL Junco II, o qual tem previsão de geração de mais de 60.000(sessenta mil) MWh.

Em dezembro de 2015, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou a Companhia a iniciar as suas operações comerciais através dos seguintes atos:

Despacho Número	Data da Portaria	Data do Início da Operação	Unidade Gestora
3.941	04/12/2015	05/12/2015	UG1 e UG3 totalizando 6 MW
3.963	08/12/2015	09/12/2015	UG4, UG5, UG7, e UG8, totalizando 12 MW
3.981	09/12/2015	10/12/2015	UG2 e UG6 totalizando 6 MW

A Companhia recebeu o segundo desembolso do BNDES no montante de R\$ 10.912 em março de 2018.

Autorização do Parque Eólico EOL Junco II

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 417 de 11 de julho de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Junco II. De acordo com essa Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 12 de julho de 2012 e o término em 12 de julho 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e a pedido da Companhia.

Em 16 de junho de 2015, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 5.287, na qual altera as características técnicas da usina para 24.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 8 unidades geradoras de 3.000 kW cada.

A data em que a Companhia entrou em operação comercial foi 10 de dezembro de 2015, conforme Despacho Aneel nº 3.981/2015.

Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado foram celebrados entre a Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A com as 25 distribuidoras firmadas no leilão, em 20 de dezembro de 2011, com início de faturamento em fevereiro de 2016.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

voltaia

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Capital circulante líquido negativo

A administração avaliou a capacidade de a Companhia de continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando em 31 de dezembro de 2025, mesmo com o capital circulante negativo no montante de R\$ 22.311 (R\$ 17.766 em 31 de dezembro de 2024), tendo em vista que este saldo é impactado principalmente pela rubrica de penalidades registrada no circulante, assim como de empréstimos e financiamentos. Cabe destacar que, embora os contratos de venda de energia elétrica de longo prazo continuem vigentes, os valores registrados no ativo circulante referem-se apenas às receitas já realizadas por competência mensais que serão liquidadas no mês subsequente, não refletindo o valor total contratual a receber ao longo do prazo dos contratos. Nesse sentido, a Administração entende que a Companhia dispõe de estrutura operacional e financeira suficiente para conduzir suas atividades normalmente, sendo as presentes demonstrações financeiras elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de fevereiro de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício**2.1.1 Receita operacional líquida****2.1.1(a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	23.184	22.122
Receita bruta de fornecimento - ACL - partes relacionadas	208	422
Receita bruta de fornecimento - CCEE	323	-
Receita bruta de fornecimento - Geração própria	-	2
Total de receita bruta	<u>23.715</u>	<u>22.546</u>
Penalidade – CCEE (*)	(7.029)	(6.465)
Tributos sobre receita	(608)	(587)
Total de receita operacional, líquida	<u>16.078</u>	<u>15.494</u>

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

voltaia

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

O aumento de R\$ 1.169 nas receitas brutas refere-se preponderantemente à atualização contratual prevista anualmente com base no indexador.

(*) Tal penalidade refere-se à insuficiência de geração de energia, ficando entre os 90% e 100% definidos no contrato, conforme mencionado em Nota 2.2.8.

2.1.1(b) Outras receitas operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	447	830
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(155)	-
Total de outras receitas (despesas) operacionais, líquida	<u>292</u>	<u>830</u>

O saldo do ano refere-se a:

- Emissão do documento do valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade do parque Junco II acima do previsto em contrato, sendo eles R\$ 109 registrados em março de 2025, assim como a reversão da provisão de (R\$ 92) realizada no exercício comparativo e R\$ 430 registrados em dezembro de 2025 (R\$ 62 referente a indisponibilidade do parque e R\$ 768 referente a receita da venda de crédito de carbono para 31 de dezembro de 2024).'
- Os créditos a receber decorrentes das cláusulas de indenização por indisponibilidade técnica previstas nos contratos junto aos fornecedores configuram direitos contratuais já constituídos, de natureza indenizatória. A incerteza existente limita-se ao momento e à forma de liquidação financeira, não afetando a existência do direito. Dessa forma foi constituído em 31 de dezembro de 2025 o montante de (R\$ 155) a título de provisão para perdas de crédito.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>	<u>Custos</u>	<u>Despesas</u>
Depreciações e amortizações	(3.672)	-	(3.634)	-
Serviços de operação & manutenção	(3.028)	-	(2.999)	-
Serviços de operação & manutenção - partes relacionadas	(1.597)	-	(1.339)	-
Encargos setoriais	(1.546)	-	(1.405)	-
Aluguel	(168)	-	(175)	-
Seguros	(303)	-	(298)	-
Energia comprada para revenda	(17)	-	(90)	-
Energia comprada para revenda - partes relacionadas	(483)	-	(309)	-
Outros custos	-	-	(129)	-
Serviços de terceiros	-	(416)	-	(304)
Despesas administrativas gerais	-	(273)	-	(219)
	<u>(10.814)</u>	<u>(689)</u>	<u>(10.378)</u>	<u>(523)</u>

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

voltaia

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.3 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.936	3.085
Juros de contas a receber	-	12
Total	4.936	3.097
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.771)	(4.222)
Juros sobre passivo de arrendamentos	(324)	(309)
Ajuste a valor presente	(15)	(14)
Atualização penalidades suspensas	(437)	(165)
Outras despesas financeiras	(244)	(114)
Total	(5.791)	(4.824)
Total de resultado financeiro	(855)	(1.727)

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas (Nota 2.1.1)	23.715	22.546
Penalidades - CCEE (Nota 2.1.1)	(7.029)	(6.465)
Base ajustada (a) e (b)	16.686	16.081
Outras receitas operacionais	-	768
Base ajustada (c)	-	768
Presunção imposto de renda - 8% (a)	1.335	1.286
Presunção contribuição social - 12% (b)	2.002	1.930
Presunção imposto de renda e contribuição social - 32% (c)	-	246
Demais receitas e ganhos de capital (d)	5.475	3.159
Base de cálculo - IRPJ (a)+(c)+(d)	6.810	4.691
Imposto de renda: 15%	(1.022)	(704)
Adicional de Imposto de Renda: 10%	(657)	(446)
Total IRPJ	(1.679)	(1.150)
Base de cálculo - CSLL (b)+(c)+(d)	7.477	5.335
Contribuição social: 9%	(673)	(481)
Total de CSLL	(673)	(481)
Total IRPJ e CSLL	(2.352)	(1.631)

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

v^oltalia

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1.016	1.251
Contas a receber	3.395	2.906
Contas a receber - Partes relacionadas	28	49
Títulos e valores mobiliários	43.124	34.228
Total de ativos financeiros	<u>47.563</u>	<u>38.434</u>
Passivos financeiros		
Fornecedores	(1.558)	(1.662)
Empréstimos e financiamentos	(31.241)	(34.265)
Passivos de arrendamento	(3.655)	(3.495)
Penalidades contratuais a pagar	(23.850)	(16.328)
Mútuos e Contas a pagar - partes relacionadas	(345)	(295)
Total de passivos financeiros	<u>(60.649)</u>	<u>(56.045)</u>
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	<u>(13.086)</u>	<u>(17.611)</u>

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	10	19
Aplicações financeiras	1.006	1.232
	<u>1.016</u>	<u>1.251</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade é progressiva em relação ao prazo de aplicação, iniciando em 95% até 97% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reserva SPE (1)	36.085	28.140
Serviço da dívida - Empréstimo BNDES (2)	4.383	3.917
Centralizadora (3)	1.271	1.098
Serviços de manutenção - O&M (2)	1.194	1.067
Trianon	191	6
	<u>43.124</u>	<u>34.228</u>

A seguir, descrição das principais contas:

- (1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.
- (2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e de O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

voltaia

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

- (3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos e financiamentos (Nota 2.2.6).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 97,7% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

2.2.4 Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	2.645	2.649
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	300	103
Clientes diversos	604	154
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa(*)	(155)	-
	<u>3.395</u>	<u>2.906</u>

(*) Referente a provisão para perdas de créditos (Nota 2.1.1)

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às vendas de energia para distribuidoras diversas é de 45 dias da data do faturamento.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo em aberto com mais de 90 dias refere-se à operação de venda de energia junto a CCEE. Esse montante é de R\$ 300 (R\$103 em 31 de dezembro de 2024) e está sendo liquidado parceladamente ao longo dos meses, sendo assim a Administração da Companhia entende não haver necessidade de constituir a provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa.

A rubrica de clientes diversos no valor de R\$ 604 (R\$ 154 em 31 de dezembro de 2024), majoritariamente composta pelo valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido a indisponibilidade do parque (Nota 2.1.1) assim como o valor de R\$ 155 registrados como provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento do BNDES (Nota 2.2.6).

2.2.5 Outros ativos

O saldo de outros ativos é composto majoritariamente pela rubrica de outros impostos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS apurados por competência para as penalidades contratuais. A composição do saldo está assim demonstrada:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo Circulante		
Outros impostos	1.229	831
Despesas Antecipadas	-	305
Adiantamento a fornecedor	5	103
Outros ativos	94	18
	<u>1.328</u>	<u>1.257</u>

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.**voltalia****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Ativo não circulante

Outros ativos	75	137
	<u>75</u>	<u>137</u>
	<u>1.403</u>	<u>1.394</u>

2.2.6 Empréstimos e financiamentos**2.2.6(a) Composição de saldo**

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos					
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	Real	16/12/2015 - 15/07/2032	31.241	34.265
				<u>31.241</u>	<u>34.265</u>
Total circulante				4.846	4.627
Total não circulante				26.395	29.638

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

A taxa efetiva do financiamento em 31 de dezembro de 2025 permaneceu 11,34% (11,34% para 31 de dezembro de 2024)

2.2.6(b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos, nos exercícios

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	34.265	38.135
Juros incorridos	4.771	4.222
Juros pagos	(2.880)	(3.259)
Amortização de principal	(4.915)	(4.833)
Saldo final	<u>31.241</u>	<u>34.265</u>

2.2.6(c) Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") anual deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia.

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida]

Em 31 de dezembro de 2025 o referido o índice foi de 4,65 (2024 – 4,35), conforme apresentado abaixo:

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

v^oltalia

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Junco II
Caixas e aplicações financeiras totais do ano anterior	35.479
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(3.917)
(-) Conta reserva O&M	(1.067)
(A) Caixa inicial da atividade	30.495
Amortização acumulada	
Ajustes no EBITDA	
Lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2025	1.658
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	2.352
(+/-) Resultado financeiro	855
(+) Depreciação e amortização	3.672
EBITDA ajustado	8.537
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, líquido de diferimento	(2.371)
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o Ano Seguinte ao Ano de referência	(394)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	5.772
(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório valor do principal e juros da dívida com o BNDES	7.795
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	4,65

2.2.6(d) Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (8 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na nota 2.3.1), fiança bancária do primeiro desembolso até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.7 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivos de arrendamento	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Adições / Baixas	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	9		(9)	-	-	10	10
Passivo Não Circulante	3.486	324	(324)	169	-	(10)	3.645
Total no Passivo	3.495	324	(333)	169	-	-	3.655

Passivos de arrendamento	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Adições / Baixas	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	10	-	(11)	-	-	10	9
Passivo Não Circulante	3.341	309	(309)	155	-	(10)	3.486
Total no Passivo	3.351	309	(320)	155	-	-	3.495

2.2.8 Penalidades Contratuais

O Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") prevê a verificação Anual e Quadrienal quanto ao cumprimento contratual.

Para a apuração dos montantes são verificadas as diferenças entre a geração da usina e a energia contratada. Na verificação anual (período de janeiro a dezembro de cada ano), caso a geração neste período seja menor do que 90% da energia contratada, haverá o ressarcimento

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração – 90% do Contrato) deverá ser paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Para a verificação quadrienal, será feita a cada período de 4 anos (janeiro a dezembro), que se repetirá 4 vezes durante o período contratual (20 anos), serão verificados a geração da usina e a energia contratada dos últimos 4 anos. Caso a geração neste período esteja entre 90% e 100% da energia contratada, o ressarcimento quadrienal por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (preço das liquidações das diferenças divulgado pela CCEE) dos quatro anos do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Em fevereiro de 2020, deveria ser iniciado o pagamento da penalidade anual constituída em 2019 e da penalidade quadrienal referente ao 1º quadriênio 2016 a 2019, o valor total destas penalidades é de R\$ 7.561, dividido em 12 parcelas de R\$ 628, porém em agosto de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, suspendeu o pagamento da penalidade devido ao *Constrained-off*, conforme Despacho nº 2.303 de 20 de agosto de 2019, que trata de uma redução da produção de energia por usinas despachadas centralizadamente decorrente de ocorrências na rede de controle do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS que tenham sido originados externamente às instalações das respectivas usinas. Em resumo, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS solicita a interrupção de geração na operação do Sistema Interligado Nacional - SIN. Vale ressaltar que o *Constrained-off* é previsto nas regras de comercialização de energia.

As penalidades começaram a ser pagas de acordo com o comunicado informado pela CCEE em dezembro de 2022. Em maio de 2024, finalizamos o processo de pagamento das penalidades do anuênio de 2019, quadriênio de 2016-2019 e anuênio de 2020, que iniciaram em outubro de 2023. As penalidades referentes a 2021 (outubro a dezembro) em diante serão pagas obedecendo o calendário disponibilizado pela CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) através do comunicado nº 372/25.

As penalidades referentes ao período denominado “Definitivo” passaram a ser liquidadas conforme disposto no Comunicado CCEE nº 372/25, publicado em agosto de 2025. Em complemento a esse comunicado, a CCEE divulgou o Comunicado nº 937/25, que revisou o calendário de pagamento das penalidades anteriormente suspensas, restringindo a exigibilidade aos montantes relativos ao ano de 2021 (período de janeiro de 2022 a dezembro de 2022) e ao ano de 2022 (período de janeiro de 2023 a agosto de 2023), permanecendo suspensos os pagamentos referentes aos períodos subsequentes.

Em 24 de novembro de 2025 foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Na data-base das demonstrações financeiras, a Administração avaliará o cumprimento das condições para o enquadramento da Companhia no referido mecanismo, portanto não houve reconhecimento contábil à referida compensação, sendo o assunto divulgado para fins informativos.

Adicionalmente, em decorrência da promulgação da Lei nº 15.269/2025, as penalidades relativas

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

aos meses a partir de setembro de 2023, período abrangido pela referida legislação, serão objeto de tratamento posterior, conforme regulamentação específica a ser expedida pela CCEE e comunicada oportunamente ao mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, os montantes registrados em penalidades contratuais anuais e quadriennais referentes aos anos de 2022 a 2024 foram atualizados conforme IPCA, segue abaixo os montantes registrados:

Ano	Em 31 de dezembro de 2025			
	Anual	Quadrienal	Pagamentos	Valor total
2019 (i)	968	8.507	(9.475)	-
2020 (ii)	1.038	-	(1.038)	-
2022 (iii)	1.343	-	-	1.343
2023 (iv)	1.309	7.311	-	8.620
2024 (v)	4.451	-	-	4.451
2025 (vi)	4.592	4.844	-	9.436
Total	13.701	20.662	(10.513)	23.850
Circulante	13.701	15.818	(10.513)	19.006
Não circulante	-	4.844	-	4.844

(i) Referem-se à penalidade do 1º quadriênio (2016-2019) e ao anuênio de 2019.

(ii) Referem-se à penalidade do anuênio de 2020.

(iii) Referem-se à penalidade do anuênio de 2021.

(iv) Referem-se à penalidade do anuênio de 2022.

(v) Referem-se à penalidade do 2º quadriênio (2020-2023) e ao anuênio de 2023.

(vi) Referem-se à penalidade do anuênio de 2024.

(vii) Referem-se à penalidade do 3º quadriênio (2024-2027) e ao anuênio de 2025.

Em 31 de dezembro de 2024, os montantes eram os seguintes:

Ano	Em 31 de dezembro de 2024			
	Anual	Quadrienal	Pagamentos	Valor total
2019 (i)	968	8.507	(9.475)	-
2020 (ii)	1.038	-	(1.038)	-
2022 (iii)	1.291	-	-	1.291
2023 (iv)	1.258	7.026	-	8.284
2024 (v)	4.440	2.313	-	6.753
Total	8.995	17.846	(10.513)	16.328
Circulante	8.995	15.533	(10.513)	14.015
Não circulante	-	2.313	-	2.313

(i) Referem-se à penalidade do 1º quadriênio (2016-2019) e ao anuênio de 2019.

(ii) Referem-se à penalidade do anuênio de 2020.

(iii) Referem-se à penalidade do anuênio de 2021.

(iv) Referem-se à penalidade do anuênio de 2022.

(v) Referem-se à penalidade do 2º quadriênio (2020-2023) e ao anuênio de 2023.

Os valores em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são demonstrados abaixo:

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

v^oltalia

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	16.328	16.097
Atualização financeira	437	165
Pagamentos penalidades	-	(6.399)
Penalidade contratual - em curso	7.085	6.465
Saldo final	23.850	16.328

2.2.9 Adiantamentos de clientes

Os saldos que constam na rubrica de adiantamentos de clientes são valores recebidos antecipadamente das distribuidoras. Para o período findo em 31 de dezembro de 2025, o valor antecipado foi superior ao acordado, ao qual está sendo compensado gradualmente, respeitando o acordo para encontro de contas. A composição de saldo está assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo Circulante		
Adiantamentos de clientes	(1.326)	(1.324)
	(1.326)	(1.324)

2.3 Ativos e passivos não-financeiros

2.3.1 Imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	127.497	80.273	127.497	83.658
Total do imobilizado em operação	127.497	80.273	127.497	83.658
Bens em operação				
Materiais sobressalentes	314	212	314	225
Instalações	37	8	37	11
Moveis e utensílios	5	3	5	4
Máquinas e equipamentos	370	237	370	271
Terreno - Direito de uso	3.765	3.238	3.596	3.149
Veículo - Direito de uso	32	-	32	-
Total dos bens em operação	4.523	3.698	4.354	3.660
Total do imobilizado	132.020	83.971	131.851	87.318

Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.6) estão garantidos por 8 turbinas para geração de energia no montante total de R\$ 77.700.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

voltaia

Notas explicativas às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1(a) Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos/ (Baixas)	(Depreciação)/ Baixas	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	83.658	-	(3.385)	80.273
Total do imobilizado em operação	83.658	-	(3.385)	80.273
Bens em operação				
Materiais sobressalentes	225	-	(13)	212
Instalações	11	-	(3)	8
Moveis e utensílios	4	-	(1)	3
Máquinas e equipamentos	271	-	(34)	237
Terreno - Direito de uso (*)	3.149	169	(80)	3.238
Total dos bens em operação	3.660	169	(131)	3.698
Total do imobilizado	87.318	169	(3.516)	83.971

2.3.1(b) Movimentações em 2024

A Companhia efetuou a provisão do valor estimado para as despesas que serão incorridas pelo desmantelamento dos equipamentos. A desmobilização foi capitalizada no ativo imobilizado e possui prazo final de amortização em 2065, conforme contratos fundiários.

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos/(Baixas)	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	86.917	95	(3.354)	83.658
Total do imobilizado em operação	86.917	95	(3.354)	83.658
Bens em operação				
Materiais sobressalentes	238	-	(13)	225
Instalações	15	-	(4)	11
Moveis e utensílios	4	-	-	4
Máquinas e equipamentos	305	-	(34)	271
Terreno - Direito de uso	3.071	155	(77)	3.149
Total dos bens em operação	3.633	155	(128)	3.660
Total do imobilizado	90.550	250	(3.482)	87.318

2.3.2 Intangível

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em operação				
Gastos desenvolvimento	3.791	2.261	3.791	2.417
Software	16	-	16	-
Total	3.807	2.261	3.807	2.417

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

voltaia

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no período e em exercícios anteriores, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Serra do Mel antes do início da construção do parque.

2.3.2(a) Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em operação			
Gastos desenvolvimento	2.417	(156)	2.261
Total do intangível em operação	2.417	(156)	2.261
Total	2.417	(156)	2.261

2.3.2(b) Movimentações em 2024

	Valor líquido em 31/12/2023	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em operação			
Gastos com desenvolvimento	2.569	(114)	2.417
Total do intangível em operação	2.569	(114)	2.417
Total	2.569	(114)	2.417

2.4 Patrimônio líquido**2.4.1 Capital social**

A Companhia é controlada pela Vamcruz Participações S.A. cuja empresa controladora é a Vamcruz I Participações S.A, que tem como acionista a Envolver Participações S.A e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, que detém respectivamente 51% e 49% do seu capital.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 65.389 (R\$ 65.301 em 31 de dezembro de 2024), subscrito e integralizado por Vamcruz Participações S.A., representado por 63.060.394 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

No dia 03 de janeiro de 2025, foi integralizado o capital social de R\$ 88 subscrito em dezembro de 2024.

2.4.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

O contrato de financiamento assinado com o BNDES inclui uma cláusula de Alienação Fiduciária

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

voltaia

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

da Totalidade das Ações, proibindo a distribuição de qualquer tipo de dividendo, excluído o dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, até a fim de vigência destes (financiamento com o BNDES vigente até novembro de 2032).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia destinou o lucro líquido conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro Líquido apurado no exercício	1.658	2.972
Constituição da Reserva Legal - 5%	(83)	(148)
	<u>1.575</u>	<u>2.823</u>
Destinação do Lucro	1.575	2.823
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	(394)	(706)
Lucros Retidos a Deliberar	(1.181)	(2.118)

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do imobilizado e intangível

A depreciação e amortização do imobilizado e intangível levam em considerações as premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação e amortização e, como consequência, na valorização do ativo imobilizado e intangível.

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Reconhecimento de danos liquidados

A garantia de disponibilidade é calculada de acordo com as premissas definidas no contrato. Se o contratado não cumprir essa garantia, deverá pagar as penalidades pela indisponibilidade.

A garantia é especialmente útil em contratos de fornecimento e operação e manutenção de aerogeradores, onde atrasos ou falhas na entrega e manutenções podem causar prejuízos significativos e comprometer projetos. Dessa forma, a cláusula é usada para evitar disputas sobre o valor dos danos causados pelo inadimplemento.

3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.2.1 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

3.2.2 Riscos de mercado

3.2.2(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

O financiamento adquirido junto ao BNDES possui taxa fixa de juros acrescida da TJLP a qual expõe a Companhia ao risco de variações no fluxo de caixa.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.v**oltalia****Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

3.2.3 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”).

Os contratos regulados do Grupo Vamcruz são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira.

3.2.4 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2025					
Empréstimos e financiamentos	4.846	4.727	14.182	7.486	31.241
Fornecedores	1.558	-	-	-	1.558
Contas a pagar - Partes relacionadas	345	-	-	-	345
Passivo de arrendamentos	10	11	40	3.594	3.655
Penalidades contratuais	18.241	5.609	-	-	23.850
31 de dezembro de 2024					
Empréstimos e financiamentos	4.627	4.502	13.506	11.630	34.265
Fornecedores	1.662	-	-	-	1.662
Contas a pagar - Partes relacionadas	295	-	-	-	295
Passivo de arrendamentos	9	10	34	3.442	3.495
Penalidades contratuais	14.015	2.313	-	-	16.328

4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

4.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A fiscalização do Município de Serra do Mel/RN lavrou auto de infração por suposto não recolhimento de ISSQN relacionado a serviços que estariam incluídos no contrato de fornecimento e instalação de turbinas. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Companhia contra esta intimação. Os consultores jurídicos externos avaliam como risco de perda possível esta causa no montante de R\$ 6.066 (em 31 de dezembro de 2024 esse montante foi de R\$5.807, perda possível).

Existem em curso contingências trabalhistas em que Companhia é citada de forma subsidiária. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto contra esta intimação. Os consultores jurídicos externos avaliam como risco de perda possível.

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

5.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a receber e contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue.

5.1.1 Saldos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo contas a receber	Passivo - Dividendos	Passivo contas a pagar	Ativo contas a receber	Passivo - Dividendos	Passivo contas a pagar
Circulante						
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	-	(149)	-	-	(226)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	-	-	(133)	-	-	(54)
Voltalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda	28	-	(63)	49	-	(15)
Vamcruz Participações S.A.	-	(394)	-	-	706	-
Total circulante	28	(394)	(345)	49	706	(295)

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.1.2 Transações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	31/12/2025			31/12/2024		
	Resultado (serviços/gastos administrativos)	Resultado (venda de energia)	Resultado (compra de energia)	Resultado (serviços/gastos administrativos)	Resultado (venda de energia)	Resultado (compra de energia)
Voltalia Energia do Brasil Ltda	(1.418)	-	-	(1.181)	-	-
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	(179)	-	-	(158)	-	-
Voltalia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda	-	208	(483)	-	422	(309)
Vamcruz I Participações S.A.	-	-	-	-	-	-
Total	(1.597)	208	(483)	(1.339)	422	(309)

5.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE VAMCRUZ			
		VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
GARANTIA			
JUNCO II	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2025 a 13/12/2027 - SWISS RE	171.706
JUNCO II	RESPONSABILIDADE CIVIL	28/11/2024 a 28/11/2026 - TOKIO MARINE	16.531

6 Principais práticas contábeis adotadas**6.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.




Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas - 32 anos (2022 - 25 anos).

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível

6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

6.3.1 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.2 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.4 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação

6.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

6.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza (“Custo dos produtos vendidos” / “Despesas Administrativas” / “Despesas Comerciais”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarboxinação (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarboxinação (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

voltalia



Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025 o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A.

voltalia



Declaração de aprovação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e sobre o relatório dos auditores independentes

O diretor financeiro e o contador da Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Forvis Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Junco II SPE S.A. do período findo em 31 de dezembro de 2025.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2026

Eduardo Boudoux Jatobá
Diretor Administrativo - Financeiro

Ricardo Cesar Gonçalves
Contador (CRC/ RJ-109527/O)

* * *

Fale conosco

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 (21) 2221-7190*
